

**10 ANOS DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA
PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM DEBATE: TRAJETÓRIA,
LIMITES E DESAFIOS**

***10 AÑOS DE POLÍTICA NACIONAL DE EDUCACIÓN ESPECIAL EN LA
PERSPECTIVA DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA EN EL DEBATE:
TRAYECTORIA, LÍMITES Y DESAFÍOS***

***10 YEARS OF THE NATIONAL POLICY ON SPECIAL EDUCATION IN
PERSPECTIVE OF INCLUSIVE EDUCATION IN DEBATE: TRAJECTORY,
LIMITS AND CHALLENGES***

Claudia Regina Mosca GIROTO¹
Rosimar Bortolini POKER²
Fabiana Cristina Frigieri De VITTA³

Após uma década da promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), em 2008, e considerando que, nesse final de 2018, esse documento, a partir da atualização proposta pelo Ministério da Educação (MEC)/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), se encontra disponibilizado para consulta pública sob a denominação “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e ao Longo da Vida”, o dossiê “**10 anos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em debate: trajetória, limites e desafios**” objetiva apresentar e problematizar aspectos relacionados à trajetória, limites e desafios engendrados pela PNEEPEI, no que diz respeito aos referenciais históricos e políticos, à constituição de redes de apoio para a efetivação da educação inclusiva no Brasil, à formação de professores na perspectiva da educação

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília – SP – Brasil. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr), UNESP, Campus de Araraquara/SP; do Departamento de Educação Especial e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), UNESP, Campus de Marília/SP. Possui formação em fonoaudiologia, mestrado e doutorado em Educação, FFC/UNESP/Marília/SP. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-6267-8085>>. E-mail: claudia.mosca@unesp.br

² Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília – SP – Brasil. Docente do Departamento de Educação Especial, da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), UNESP, Campus de Marília/SP. Possui formação em pedagogia, mestrado e doutorado em Educação, FFC/UNESP/ Marília/SP. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-8019-6506>>. E-mail: rosimar.b.poker@unesp.br

³ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília – SP – Brasil. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr), UNESP, Campus de Araraquara/SP e do Departamento de Educação Especial, da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), UNESP, Campus de Marília/SP. Possui formação em terapia ocupacional, mestrado e doutorado em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/SP). ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-9545-7588>>. E-mail: fabianavitta@gmail.com

inclusiva, ao mapeamento e avaliação das formas de organização e operacionalização de sistemas educacionais inclusivos e às práticas pedagógicas inclusivas constituídas nos diferentes contextos educacionais.

Apresentado pela Revista *on line* de Política e Gestão Educacional (RPGE), este dossiê contempla 14 artigos, no formato de ensaio teórico, revisão bibliográfica e relatos de pesquisas, de autoria de pesquisadores renomados, com *expertise* no tema proposto, vinculados a Programas de Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior de diferentes regiões do país, tais como: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/RS); Universidade Federal de Uberlândia (UFU/MG); Universidade Federal de Catalão/GO; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/RJ); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD/MS); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF/MG); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/SP); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/RJ); Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS/MS) e Universidade Estadual Paulista – UNESP/SP. Cabe ressaltar que, parte dos autores e coautores desses artigos integrou o conjunto de pesquisadores que elaborou, a convite do MEC, a PNEEPEI de 2008, bem como parte dessas produções derivam de projetos de pesquisas com financiamento de importantes agências de fomento, a exemplo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O artigo **“Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008: quais origens e quais trajetórias?”**, de autoria de Gilvane Belem Correia e Claudio Roberto Baptista, objetiva analisar a política de educação especial brasileira nessa última década, a partir dos pressupostos implicados em sua formulação e sua relação com as diretrizes definidas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, em 2006. Nesse estudo, os autores indiciam iniciativas voltadas ao processo de operacionalização de mudanças na educação brasileira, além dos avanços e desafios implicados nesse complexo processo.

Intitulado **“Uma década da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: do ideal ao possível”**, o artigo de Lázara Cristina da Silva, Vilma Aparecida de Souza e Wender Faleiro apresenta, por meio de uma análise histórica e política do processo de produção da PNEEPEI, uma reflexão sobre a trajetória de uma década dessa Política, cujo texto possibilita diferentes interpretações, o que o torna passível de ser recriado, ao longo desses dez anos, tendo como marcas desafios, avanços e recuos decorrentes de seus desdobramentos.

“A produção acadêmico-científica do programa de pós-graduação em educação da UNESP/Marília-SS e a Política Pública Nacional de Educação Especial no Brasil:

aspectos históricos” compreende o artigo elaborado por Maria Silvia Rosa Santana, Rosane Michelli de Castro e Elieuzza Aparecida de Lima, que apresenta a sistematização e análise de teses e dissertações concluídas entre 2005 e 2008, na linha de pesquisa “Educação Especial no Brasil”, desse programa, sob a compreensão de que as mudanças nas políticas públicas voltadas para as várias áreas sociais, a exemplo da educação, são ou deveriam ser impulsionadas também pelos resultados das pesquisas acadêmico-científicas.

Apresentado por Maria Teresa Eglér Mantoan e Maria Isabel Sampaio Dias Baptista, o artigo **“Inovar para fazer acontecer: como estamos fortalecendo redes de apoio à educação inclusiva”** discorre sobre propostas inovadoras de formação de professores do ensino regular e especial, em consonância com a PNEEPEI, no que diz respeito à autonomia do aprendiz/professor. As autoras relacionam tais propostas à necessidade de divulgação de conceitos e práticas que sustentam o ensino inclusivo em todo o território nacional.

O artigo **“Pedagogia bilíngue: dilemas e desafios na formação de professores”**, de autoria de Claudia Regina Mosca Giroto, Joice Emanuele Munhoz Cicilino e Rosimar Bortolini Poker, problematiza as incoerências existentes entre as concepções sobre educação bilíngue que orientam as ações educacionais com alunos surdos e as propostas de formação docente para consolidação de tais ações no contexto educacional inclusivo, assim como enfatiza a ideia de que não basta apenas garantir a utilização da Libras como língua de instrução, mas também é necessária formação teórico-metodológica para o exercício da função de professor da educação infantil e de professor alfabetizador que atua nas séries iniciais do ensino fundamental I com tais alunos.

Na mesma direção, Joice Emanuele Munhoz Cicilino, Claudia Regina Mosca Giroto e Fabiana Cristina Frigieri de Vitta, com vistas à análise sobre como a formação de professores para atuação na educação bilíngue de surdos na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental tem sido retratada nas produções de fontes reconhecidamente relevantes no cenário acadêmico-científico brasileiro, abordam a **“Formação de professores para a educação bilíngue de surdos na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental”** e destacam, nesse artigo, a necessidade de formação específica de professores para atuação com alunos surdos na perspectiva bilíngue, bem como de sistematização de modelos educacionais bilíngues para esses alunos.

O artigo **“Política de educação especial: considerações sobre público-alvo, formação de professores e financiamento”**, de Eduardo Manzini, apresenta implicações políticas e financeiras da PNEEPEI em relação ao público-alvo da educação especial e à formação de professores. O autor destaca os prejuízos à educação ocasionados pela redução

de investimentos financeiros na escola pública, terceirização do Atendimento Educacional Especializado para instituições não governamentais e ampliação do público-alvo da Educação Especial, com conseqüente necessidade de maior aporte de recursos, o que contribuirá ainda mais para a fragilidade da escola pública.

No artigo **“Inclusão no ensino superior pela lente omnilética: um foco na formação docente”**, Mônica Pereira dos Santos, Carolina Barreiros de Lima e Maicon Salvino Nunes de Almeida discutem omnileticamente a formação docente do ensino superior para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior, considerando os 10 anos da PNEEPEI e a situação do alunado com deficiência na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A temática da **“Metodologia do serviço do atendimento educacional especializado em uma perspectiva inclusiva na escola regular”** é abordada por Mirlene Ferreira Macedo Damázio, com o objetivo de investigar cooperativamente metodologias do serviço e do ensino, procurando desvelar os equívocos sobre o AEE, a SRM e a Educação Especial. A autora ressalta a necessidade de transformação da escola excludente em escola inclusiva, a partir de atitudes político-educacionais que resultem na compreensão sobre a inclusão educacional e o lugar desse serviço da Educação Especial nesse contexto.

No artigo **“Psicologia e educação: transdisciplinaridade na construção do atendimento educacional especializado de Caarapó-MS”**, Denise Mesquita de Melo Almeida e Léa Géller debatem a participação de psicólogos na trajetória de implantação do Atendimento Educacional Especializado de Caarapó – MS, ocorrida entre os anos de 2003 a 2017, ressaltando a transdisciplinaridade como propulsora para inovações pedagógicas em parceria com psicólogos, com vistas à promoção da Educação Inclusiva

Ao abordarem **“A escolarização de alunos com deficiência intelectual sob a vigência da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”**, Marcela Francis Costa Lima e Marcia Denise PLETSCHE analisam a escolarização de alunos com deficiência intelectual, sob a vigência da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e com base nos pressupostos vigotskianos, a partir dos quais problematizam as múltiplas dimensões da inclusão escolar com foco os processos de mediação da aprendizagem desse alunado, em classes comuns de ensino, de escolas localizadas na Baixada Fluminense/RJ.

O artigo **“Alunos com TEA como desencadeadores de processos formativos”**, de autoria de Sandra Cordeiro de Melo e Mylene Cristina Santiago, problematiza como os alunos com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA) podem desencadear mudanças nos processos formativos nas escolas regulares para facilitar a aprendizagem de todos os alunos,

por meio da utilização de tecnologias assistivas tanto pelos da Educação Especial, quanto pelos que lecionam em sala de aula regular.

No artigo “**A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na sala de aula**”, Solange Aparecida de Souza Monteiro e Paulo Rennes Marçal Ribeiro abordam, num ensaio teórico, reflexões acerca da inclusão do aluno com TEA, tematizando desde a conceituação de educação inclusiva, com destaque para aspectos legais da atual política educacional brasileira, até as barreiras para a sua escolarização, cujos desafios para a superação das mesmas representam possibilidades para outras transformações não somente de pensamentos, mas também de atitudes em sociedade.

No artigo “**Alunos público-alvo da Educação Especial nas escolas do campo da região centro-oeste: análise de indicadores de matrículas**”, Washington Cesar Shoiti Nozu, Aline Maira da Silva e Bruno Carvalho dos Santos analisam as condições de acesso de alunos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) nas escolas do campo da região Centro-Oeste, a partir de dados censitários oficiais de matrícula, no período de 2007 a 2017, e identificam os estudantes com deficiência intelectual como os que apresentam maior índice de matrículas na região Centro-Oeste.

Os artigos ora apresentados engendram, sem dúvida, aspectos desse complexo processo que constitui a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. São muitos os ganhos decorrentes das recomendações previstas na PNEEPEI, entretanto, sua implantação e sistematização ainda carecem de intensos e significativos investimentos, em todo o território nacional, assim como muitas lacunas necessitam ser apropriadamente consideradas. Ademais, a atualização dessa Política precisa ser exaustivamente analisada em todos os aspectos contemplados, com vistas a evitar retrocessos na garantia de direitos já assegurados, bem como promover a inclusão da diversidade de alunos, na qual se inclui o público-alvo da Educação Especial, em prol do atendimento às suas demandas educacionais.

Organizadores